



Equilíbrio entre liberdade e responsabilidade

Freqüentemente as discussões sobre a política do ciberespaço transformam-se em uma “guerra” entre duas facções: de um lado estão os “tecnó-utopistas” que vêem o ciberespaço com uma nova, idílica fronteira onde o governo é desnecessário e os preconceitos podem ser superados. De outro, aqueles que temem que a tecnologia possa colocar em risco as comunidades e a própria estrutura dos valores.

Em 12 de março de 1998, um grupo de 12 *experts* em Tecnologia da Informação quis dar um basta a essa “guerra” – ou pelo menos negociar um cessar fogo – por meio da exteriorização de um novo enfoque para a política da tecnologia. Eram os auto-intitulados “[tecnorrealistas](#)”, e sua participação consistiu na formalização de um conjunto de princípios que descrevem a tecnologia tanto trazendo modernos benefícios como riscos inesperados. A tecnologia deve ser encarada, eles dizem, com cuidado e ceticismo. Esses princípios são tão simples que alguns entendem como sendo expressões do bom senso, outros os consideram ingênuos.

O assunto gira em torno de como a tecnologia pode afetar e está afetando nossas vidas. E os tecnorrealistas esperam ajudar na manutenção da sociedade, encorajando decisões políticas mais diligentes e que adotem uma perspectiva mais adequada.

Conforme acredita **Andrew Shapiro**, tecnorrealista e membro do [Berkman Center for Internet and Society](#), “se existe uma palavra que resume tudo isso, é equilíbrio”. Equilíbrio entre a inovação e a tradição, individualismo e comunidade, liberdade e responsabilidade.

O enunciado de princípios dos tecnorrealistas abrange diversos assuntos, incluindo o direito autoral (“a Informação precisa ser protegida”), educação (“modernizar as escolas não vai salvá-las”), e o controle das microondas (“devemos exigir mais pelo uso da propriedade pública”).

Talvez o ponto mais controvertido é o que defende que o governo deve ter um interesse legítimo para determinar regras para as redes de computadores. Idéia que irrita alguns ativistas – incluindo um bom número de influentes e veteranos usuários da Internet – que arguem que o ciberespaço deve ser utilizado apenas como uma experimentação na política social do *laissez-faire*, ou livre intervencionismo. “O ciberespaço não é formalmente uma jurisdição ou lugar separado da Terra”, argumentaram os Tecnorrealistas. “É tolice dizer que o povo não possui soberania sobre aqueles cidadãos errantes ou corporações fraudulentas fazem *online*”.

Mas o interesse maior é enriquecer o debate, e não tomar partido em determinadas políticas. Porque a Internet e outras inovações tecnológicas são tão novas e complexas, dizem os tecnorrealistas, que se torna fácil que qualquer discussão sobre o assunto acabe se tornando nebulosa pelo efeito do medo e pela desinformação.



O Tecnorrealismo é uma tentativa de se estimar as implicações políticas e sociais da tecnologia, para que se possa ter mais controle sobre o futuro. Isso envolve um exame crítico contínuo de como as tecnologias – comuns ou de ponta – poderão ajudar ou prejudicar a luta por uma melhora na qualidade de vida e na estrutura econômica, social e política.

E exige um pensamento crítico sobre o papel da tecnologia na evolução humana e na vida diária, e dentro dessa perspectiva, a tendência da tecnologia como transformação, enquanto importante e poderosa, e como ondas contínuas de mudança através da história. Isso com a adoção de uma visão apaixonada e otimista a respeito de certas tecnologias, e desdenhosa e cética a respeito de outras. Como objetivos, nem coroar nem desmerecer a tecnologia, mas sim entendê-la e aplicá-la de um modo mais consistente com os valores humanos básicos.

Princípios do Tecnorrealismo

1. A tecnologia não é neutra.

Uma concepção errônea e própria de nosso tempo é a de pensarmos que a tecnologia é completamente livre de influências – isto porque é um artefato inanimado, não se sobrepõe a um comportamento ou exige uma conduta. Na verdade, a tecnologia possui tendências – sociais, políticas e econômicas, sejam elas intencionais ou não. Todo recurso proporciona aos seus usuários uma maneira particular de visualizar o mundo, e maneiras específicas de interação com os demais. Isto é importante para que cada um de nós possa entender as tendências de vários tipos de tecnologia e para que possamos seguir as que refletem os nossos valores e aspirações.

2. A Internet é revolucionária, mas não é utópica.

A Net é uma ferramenta de comunicação extraordinária, que propicia uma gama de novas oportunidades para pessoas, comunidades, negócios e governos. À medida que o ciberespaço vai se tornando cada vez mais populoso, proporcionalmente irá continuar refletindo os comportamentos da sociedade em toda sua complexidade e como um todo. Assim como a vida permite situações esclarecedoras e elucidativas, há também dimensões que permitem experiências perversas, maliciosas ou particularmente ordinárias.

3. O Governo tem uma importante função na fronteira eletrônica.



Contrariamente a algumas reivindicações, o ciberespaço não é um lugar ou jurisdição formalmente separada da Terra. Enquanto os governantes devem respeitar as regras e os costumes utilizados no ciberespaço, e não devem reprimir este novo mundo com regulamentação ineficiente ou censura, é tolice dizer que o povo não possui soberania sobre o quê aquele cidadão errante ou corporação fraudulenta pratica *online*. Como representante do povo e guardião dos valores democráticos, o Estado tem o direito e a responsabilidade de auxiliar a integração do ciberespaço com a sociedade convencional. Os padrões de tecnologia e os assuntos envolvendo privacidade, por exemplo, são muito importantes para serem confiados apenas ao mercado. Empresas competitivas de *software* têm pouquíssimo interesse em preservar os padrões básicos essenciais ao funcionamento de uma rede interativa. O mercado encoraja inovações, mas elas não garantem necessariamente o interesse público.

4. *Informação não é conhecimento.*

Em toda a nossa volta, a informação está se movendo rapidamente e tornando-se mais barata, e os benefícios são evidentes. Isto significa que a proliferação de dados é também um sério desafio, demandando novos meios de disciplina e cepticismo humano. Não devemos confundir a situação de se obter ou de se transmitir informações rapidamente com a de se converter essa informação em conhecimento e sabedoria. Mesmo com nossos computadores tornando-se cada vez mais avançados, não devemos utilizá-los como substitutos das nossas habilidades cognitivas básicas de consciência, percepção, juízo e razão.

5. Informatizar as escolas não irá salvá-las.

O problema das escolas públicas – destinação duvidosa do capital, falta de promoção social, salas de aulas lotadas, infra-estrutura precária – não tem quase nada a ver com a tecnologia. Conseqüentemente, a tecnologia não irá trazer uma revolução educacional. A arte de lecionar não pode ser replicada pelos computadores, pela Internet ou por ensinamentos à distância. Estas ferramentas podem, claro, aprimorar ainda mais uma experiência educacional que já é de boa qualidade. Mas confiar nelas como sendo algum tipo de panacéia será um ledão engano.

6. *A informação quer ser protegida.*

É verdade que o ciberespaço e outros desenvolvimentos recentes estão desafiando nossas leis de direitos autorais e estruturas, visando proteger a propriedade intelectual. A resposta, entretanto, não é quebrar estátuas pré-existentes e princípios. Ao invés disso, devemos atualizar leis antigas e interpretações, para que deste modo a informação possa receber rigorosamente a mesma proteção que possuía no contexto das antigas mídias. O objetivo é o mesmo: possibilitar aos autores o controle suficiente sobre seus trabalhos, incentivando-os a criar, enquanto mantém o direito do público de fazer uso justo dessa informação. Em nenhum dos contextos a informação “quer ser livre”. Ela precisa, sim, ser protegida.

7. *O povo possui as transmissões de rádio e tv e deve beneficiar-se de seu uso.*

O novo espectro digital possibilita aos emissores e transmissores o uso corrupto e ineficiente de recursos públicos na área de tecnologia. Os cidadãos devem se beneficiar obtendo proveito das frequências



públicas, e devem reservar uma porção do espectro para uso educacional, cultural e público. Devemos exigir mais pelo uso particular da propriedade pública.

8. *Entender a tecnologia deve ser um componente vital para a cidadania global.*

Num mundo dirigido e direcionado pelo fluxo de informações, as *interfaces* – e o código por sobre elas – é que possibilitam às informações serem visíveis, e estão se tornando uma força social muito poderosa. Compreender o seu poder e suas limitações e até mesmo participar da criação de melhores ferramentas deve ser uma porção importante do exercício de uma cidadania consciente. Estas ferramentas afetam nossas vidas tanto quanto as leis, e devemos submetê-las a uma crítica democrática semelhante.

Os preceitos basilares das altas tecnologias são muito importantes para serem abandonados à mercê do mercado. Não importa o quão revolucionárias serão, as comunidades geográficas e os estados-nação são significativos e a Internet não deve ser o arauto de uma sociedade sem cidadania.

Copyrights ©1998 David Shenk/Andrew L. Shapiro/Steven Johnson.

Date Created

08/06/2002